

Daniel Amorim Assumpção Neves

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

2023



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

N518t **Neves, Daniel Amorim Assumpção**
Teoria Geral dos Recursos/Daniel Amorim Assumpção Neves – São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

576 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-4547-7

1. Direito Processual Civil. 2. Recursos. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. NOÇÕES GERAIS.....	21
1.1. Conceito de Recurso.....	21
1.2. Recursos e Sucedâneos Recursais	34
1.2.1. Introdução	34
1.2.2. Remessa necessária	35
1.2.3. Correição parcial.....	38
1.2.4. Pedido de reconsideração	39
1.2.5. Suspensão de segurança.....	42
1.3. Classificação dos Recursos.....	43
1.3.1. Objeto Imediatamente Tutelado	43
1.3.2. Fundamentação recursal	46
1.3.3. Abrangência da Matéria Impugnada	49
1.3.4. Subordinação ou Autonomia	51
1.4. Recurso Adesivo.....	56
1.4.1. Introdução	56
1.4.2. A Forma Recursal de quem não Pretendia Recorrer.....	57
1.4.3. Espécies Recursais que Admitem a forma Adesiva...	63
1.4.4. Desistência do Recurso Principal e o Princípio da Boa-Fé Objetiva.....	69
1.4.5. Legitimidade.....	73
1.4.6. Prazo	79
1.4.7. Natureza Jurídica.....	80
1.4.8. Objeto do Recurso Adesivo.....	81
1.4.9. Requisitos Específicos de Admissibilidade.....	82

1.4.10. Julgamento do Recurso Adesivo.....	85
1.4.11. Recurso Principal e Adesivo de Diferentes Espécies.....	89
2. EFEITOS RECURSAIS.....	93
2.1. Introdução	93
2.2. Efeito Obstativo.....	93
2.2.1. Conceito.....	93
2.2.2. Abrangência.....	96
2.3. Efeito Devolutivo	102
2.3.1. Introdução	102
2.3.2. Extensão Da Devolução	104
2.3.3. Profundidade da Devolução.....	105
2.3.3.1. Introdução.....	105
2.3.3.2. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo	106
2.3.3.3. Devolução de Fundamentos de Pedido e de Defesa	108
2.3.3.4. Devolução e Cumulação de Pedidos	111
2.3.3.5. No Sistema atual é quase Irrelevante a causa de pedir Recursal?.....	114
2.3.3.6. “Causa Madura”	119
2.3.3.7. Profundidade do Efeito Devolutivo nos Recursos Especial e Extraordinário	121
2.4. Efeito Suspensivo	122
2.4.1. Introdução	122
2.4.2. Efeitos Secundários e Efeito Suspensivo.....	125
2.4.3. Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito Em Julgado.....	129
2.4.4. Efeito Suspensivo Próprio.....	131
2.4.5. Efeito Suspensivo Impróprio.....	134
2.4.5.1. Introdução.....	134

2.4.5.2.	Requerimento Expresso.....	136
2.4.5.3.	Risco de Grave Dano, de Difícil ou Impossível Reparação	137
2.4.5.4.	Demonstração de Probabilidade de Provi- mento do Recurso	140
2.4.6.	Efeito Suspensivo Impróprio e Tutela da Evidên- cia	147
2.4.7.	Efeito Suspensivo Parcial	150
2.4.8.	Suspensão dos Efeitos da Decisão e do Processo....	152
2.5.	Efeito Translativo	155
2.5.1.	Introdução	155
2.5.2.	Objeto do Efeito Translativo	156
2.5.3.	Espécies Recursais.....	158
2.5.4.	Contraditório.....	160
2.6.	Efeito Expansivo.....	160
2.6.1.	Introdução	160
2.6.2.	Efeito Expansivo Subjetivo.....	161
2.6.2.1.	Prejuízo do litisconsorte que não recorreu....	161
2.6.2.2.	Benefício do litisconsorte que não recor- reu	163
2.6.2.3.	Efeito expansivo subjetivo e pluralidade de recursos.....	166
2.6.3.	Efeito Expansivo Objetivo Interno.....	170
2.6.4.	Efeito Expansivo Objetivo Externo.....	173
2.6.4.1.	Efeito Expansivo Objetivo Integrativo.....	175
2.7.	Efeito Substitutivo	177
2.8.	Efeito Regressivo.....	179
3.	PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	185
3.1.	Duplo Grau de Jurisdição.....	185
3.1.1.	Conceito.....	185

3.1.2.	Mesmo Grau de Jurisdição?	188
3.1.3.	O Duplo Grau de Jurisdição é Princípio Constitucional?.....	190
3.1.4.	Quais Espécies Recursais Garantem o Duplo Grau de Jurisdição?	192
3.1.5.	Pretensas Vantagens do Duplo Grau de Jurisdição	194
3.1.6.	Pretensas Desvantagens do Duplo Grau de Jurisdição.....	196
3.2.	Taxatividade	197
3.3.	Singularidade (Unirrecorribilidade ou Unicidade).....	201
3.3.1.	Conceito	201
3.3.2.	Exceções à Singularidade.....	203
3.3.2.1.	Recursos especial e extraordinário	203
3.3.2.2.	“Interposição simultânea” dos recursos especial e extraordinário	204
3.3.3.	Recursos Especial, Extraordinário e Ordinário Constitucional	207
3.3.4.	Embargos de Declaração e outra Espécie Recursal	208
3.3.5.	Agravo Interno e Agravo em Recursos Especial e Extraordinário.....	211
3.3.6.	Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário	214
3.3.7.	Agravo de Instrumento e Apelação ou Contrarrazões de Apelação?.....	215
3.3.8.	Julgamento Simultâneo de Ações Conexas por Sentença Única	217
3.4.	Voluntariedade	218
3.5.	Dialeticidade	220
3.6.	Fungibilidade	224
3.6.1.	Introdução	224
3.6.2.	E a tal Conversibilidade?	227
3.6.3.	Conceito.....	229

3.6.4.	Hipóteses de Fungibilidade Típicas	230
3.6.4.1.	Embargos de Declaração e Agravo Interno (art. 1.024, § 3º, do CPC).....	230
3.6.4.2.	Fungibilidade Entre os Recursos Excepcionais.....	234
3.6.4.2.1.	Fungibilidade entre Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	239
3.6.4.2.2.	Fungibilidade entre Recurso Extraordinário e Recurso Especial	244
3.6.4.2.3.	O Problema da Competência na Aplicação da Fungibilidade.....	248
3.6.4.2.4.	Fungibilidade e Recurso Adesivo.....	251
3.6.5.	Fungibilidade Recursal Atípica.....	255
3.6.5.1.	Introdução.....	255
3.6.5.2.	Dúvida Fundada (Objetiva) a Respeito do Recurso Cabível	258
3.6.5.3.	Inexistência de Erro Grosseiro.....	263
3.6.5.4.	Observância do Prazo do Recurso Cabível... ..	266
3.6.5.5.	Inexistência de Má-Fé.....	271
3.7.	Proibição da Reformatio <i>In Pejus</i>	274
3.7.1.	Conceito.....	274
3.7.2.	Condições Materiais para a Geração da Reformatio <i>In Pejus</i>	275
3.7.3.	Fundamento da Decisão e Reformatio <i>In Pejus</i>	277
3.7.4.	Matéria Cognoscíveis de Ofício	280
3.7.5.	Teoria da Causa Madura.....	282
3.8.	Complementariedade	287
3.8.1.	Conceito.....	287
3.8.2.	Hipótese de Complementação Prevista em Lei.....	289
3.8.3.	Há Hipóteses de Complementação não Previstas em Lei?	290
3.8.4.	Fim da Preclusão Consumativa?	291

3.9.	Consumação	293
3.9.1.	Conceito.....	293
3.9.2.	Exceção ao Princípio.....	294
3.10.	Primazia no Julgamento do Mérito Recursal.....	296
3.10.1.	Introdução	296
3.10.2.	Causa para Inadmissão do Recurso e Formas de sua Superação.....	298
3.10.2.1.	Introdução.....	298
3.10.2.2.	Correção do Vício	299
3.10.2.2.1.	Previsões Específicas	299
3.10.2.2.2.	Previsão Genérica.....	300
3.10.2.2.3.	Vício Insanável.....	302
3.10.2.2.4.	Vício Estritamente Formal.....	305
3.10.2.2.5.	Vício do Procedimento e não do Recurso.....	308
3.10.2.3.	Fungibilidade.....	310
3.10.2.4.	Instrumentalidade das Formas.....	311
3.10.2.4.1.	Regra Geral.....	311
3.10.2.4.2.	Recursos Especial e Extraordinário ..	313
4.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	319
4.1.	Introdução.....	319
4.2.	Natureza Jurídica do Juízo de Admissibilidade	321
4.3.	Natureza da Decisão sobre a Admissibilidade Recursal	324
4.4.	Forma do Juízo de Admissibilidade.....	327
4.5.	Momento	331
4.6.	Pressupostos de Admissibilidade	334
4.6.1.	Cabimento	334
4.6.1.1.	Introdução.....	334
4.6.1.2.	Despacho ou Decisão?.....	335

4.6.1.2.1.	O Problema Prático da Indefinição do Conceito de Despacho.....	338
4.6.1.2.2.	Embargos de Declaração.....	345
4.6.1.3.	Decisões Irrecorríveis	347
4.6.1.3.1.	Introdução	347
4.6.1.3.2.	Exaurimento das Espécies Recursais	348
4.6.1.3.3.	Opção Legislativa	349
4.6.1.3.4.	Embargos de Declaração.....	352
4.6.1.4.	Decisões Recorríveis	355
4.6.1.4.1.	Previsões Específicas.....	355
4.6.1.4.2.	Previsões Genéricas.....	357
4.6.2.	Legitimidade Recursal	361
4.6.2.1.	Introdução.....	361
4.6.2.2.	Parte	362
4.6.2.2.1.	Conceito de Parte.....	362
4.6.2.2.2.	Partes Legitimadas a Recorrer	364
4.6.2.2.3.	Juiz e Auxiliares do Juízo	366
4.6.2.3.	“Terceiro Prejudicado”	367
4.6.2.3.1.	Introdução	367
4.6.2.3.2.	Terceiro Juridicamente Interessado...	368
4.6.2.3.3.	Advogado.....	370
4.6.2.3.4.	Ministério Público.....	373
4.6.2.3.5.	Sujeito que não foi Ouvido no Processo em que era Obrigatória sua Atuação	374
4.6.2.3.6.	Defensoria Pública como <i>Custos Vulnerabilis</i>	376
4.6.3.	Interesse Jurídico	377
4.6.3.1.	Introdução.....	377
4.6.3.2.	Utilidade.....	379
4.6.3.2.1.	Sucumbência	383
4.6.3.2.1.1.	Introdução.....	383

4.6.3.2.1.2.	Sucumbência Formal e Material	383
4.6.3.2.1.3.	Sucumbência Material, Tese Prospectiva e Texto Legal.....	386
4.6.3.2.1.4.	Sucumbência Material e Interesse Recursal nos Embargos de Declaração	387
4.6.3.2.1.5.	Sucumbência Formal e Material e Solução da Questão Prejudicial	389
4.6.3.2.1.6.	Decisão Terminativa e Interesse Recursal do Réu.....	392
4.6.3.2.1.7.	Decisão Terminativa e Interesse do Autor em Modificar os seus Fundamentos	395
4.6.3.2.1.8.	Sucumbência e Cumulação de Pedidos.....	396
4.6.3.3.	Necessidade.....	400
4.6.3.4.	Adequação.....	402
4.6.3.5.	Interesse Recursal da Decisão de IRDR e de IAC	405
4.6.3.6.	Interesse Recursal do Ministério Público em Processo com Incapaz.....	409
4.6.4.	Inexistência de Ato Impeditivo ou Extintivo do Direito de Recorrer	411
4.6.4.1.	Introdução.....	411
4.6.4.2.	Desistência	414
4.6.4.2.1.	Introdução	414
4.6.4.2.2.	Momento.....	415
4.6.4.2.3.	Espécies de Desistência	419
4.6.4.2.4.	Efeitos.....	421
4.6.4.2.5.	Recorribilidade.....	422
4.6.4.2.6.	Litisconsórcio	424
4.6.4.2.7.	Parte Contrária	426
4.6.4.2.8.	Recursos Repetitivos e Repercussão Geral – A “Alma sem Corpo”	428

4.6.4.2.9.	Resistências Jurisprudenciais à Desistência.....	431
4.6.4.2.10.	Honorários Advocatícios	432
4.6.4.3.	Renúncia	434
4.6.4.3.1.	Introdução	434
4.6.4.3.2.	Parte Contrária	435
4.6.4.3.3.	Litisconsórcio	436
4.6.4.3.4.	Efeitos	437
4.6.4.3.5.	Momento.....	439
4.6.4.3.6.	Espécies	444
4.7.	Aquiescência	448
4.7.1.	Introdução	448
4.7.2.	Momento.....	449
4.7.3.	Espontaneidade.....	451
4.7.4.	Espécies	452
4.7.5.	Omissão.....	453
4.8.	Tempestividade.....	455
4.8.1.	Introdução	455
4.8.2.	Prazo	455
4.8.3.	Prazos Diferenciados	457
4.8.3.1.	Introdução.....	457
4.8.3.2.	Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	457
4.8.3.3.	Prazo em Dobro Previsto no art. 229 do CPC.....	458
4.8.4.	Termo Inicial.....	460
4.8.4.1.	Introdução.....	460
4.8.4.2.	Intimação do Advogado ou da Sociedade de Advogados.....	461
4.8.4.3.	Intimação do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública ...	463
4.8.4.4.	Decisão Proferida em Audiência.....	464
4.8.4.5.	Decisão Proferida em Sessão de Julgamento.....	466

4.8.4.6.	Decisão Proferida Liminarmente.....	468
4.8.5.	Crises do Prazo Recursal.....	468
4.8.5.1.	Introdução.....	468
4.8.5.2.	Suspensão do Prazo	469
4.8.5.3.	Interrupção do Prazo Recursal.....	469
4.8.5.4.	Embargos de Declaração.....	474
4.8.5.5.	Embargos de Divergência	478
4.8.5.6.	Justa Causa (Justo Impedimento).....	478
4.8.5.7.	Feriado Local.....	482
4.8.6.	Recurso “Prematuro”	485
4.8.7.	Interposição pelo Correio.....	487
4.9.	Preparo.....	488
4.9.1.	Conceito.....	488
4.9.2.	Hipóteses de Isenção	490
4.9.3.	Regra da Comprovação Imediata.....	492
4.9.4.	Recolhimento em Valor Insuficiente	495
4.9.5.	Recorribilidade.....	500
4.9.6.	Ausência de Comprovação	501
4.9.7.	Justo Impedimento.....	504
4.9.8.	Preenchimento Incorreto de Guia.....	511
4.9.9.	Devolução do Preparo.....	515
4.9.10.	Gratuidade de Justiça.....	517
4.10.	Regularidade Formal.....	520
4.10.1.	Introdução	520
4.10.2.	Ato Escrito.....	520
4.10.3.	Fundamentação.....	525
4.10.4.	Capacidade Postulatória	527
4.10.5.	Assinatura	528
4.10.6.	Procuração.....	529
5.	JUÍZO DE MÉRITO.....	533
5.1.	Introdução.....	533
5.2.	Competência.....	533

5.3. Objeto do Juízo de Mérito.....	539
5.4. Efeitos.....	541
5.5. Causa de Pedir Recursal.....	542
5.5.1. Introdução	542
5.5.2. <i>Error In Procedendo</i>	543
5.5.3. <i>Error In Judicando</i>	544
5.5.3.1. Introdução.....	544
5.5.3.2. Fixação da Base Fática da Decisão	545
5.5.3.3. Fixação do Objeto de Prova.....	546
5.5.3.4. Escolha das Provas na Formação do Con- vencimento.....	547
5.5.3.5. Valoração da Prova	548
5.5.3.6. <i>Error In Judicando</i> Jurídico.....	548
5.6. Pedido	551
5.7. Correlação entre Causa de Pedir Recursal e Pedido	555
BIBLIOGRAFIA	561